

10 – 2 | 2022

Habitação Rural: Uma proposta da AFAMO às Políticas Públicas de Habitação em Moçambique

Rural Habitation: A proposal from AFAMO to public habitation policies in Mozambique

David Chadreque Chale | Alberto José Paulino Silva

Versão eletrónica

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Data de publicação: 29-12-2022 Páginas: 11

Editor

Revista UI_IPSantarém

Referência eletrónica

Chale, D.; Silva, A. (2022). Habitação Rural: Uma proposta da AFAMO às Políticas Públicas de Habitação em Moçambique. *Revista da UI_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Sociais e Humanidades*. Número Especial: III Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia. 10(2), 138-148. <https://doi.org/10.25746/ruiips.v10.i2.29086>

HABITAÇÃO RURAL: UMA PROPOSTA DA AFAMO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Rural Habitation: A proposal from AFAMO to public habitation policies in Mozambique

David Chadreque Chale

Associação Fórum do Académicos de Moçambique (AFAMO), Moçambique.

david.chale@yahoo.com.br

Alberto José Paulino Silva

Escola Secundária de Jécua e Instituto Superior Mutasa – Manica, Moçambique.

tinholas@gmail.com

RESUMO

O debate sobre a Habitação Rural em Moçambique, se caracteriza como questão que ainda carece de muita reflexão, não apenas no seu aspecto teórico, mas político e sobretudo, prático. No quadro das transformações políticas, económicas e sociais em curso no país se torna necessário adoptar políticas e estratégias na área da habitação, para uma progressiva melhoria de vida dos cidadãos, à luz da Agenda 2025. Nesta perspectiva, a Associação Fórum dos Académicos de Moçambique (AFAMO), pretende assumir o desafio, propondo introduzir acção que chamaria de programa “Transformar Comunidades Rurais em Moçambique”, através do projecto “Habitação Rural, minha casa condigna” em estreita cooperação com o Governo e outras forças vivas da sociedade para criação, ainda que de forma paulatina, de melhores condições de vida para as comunidades rurais do país. A pesquisa tem como procedimentos metodológicos em pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. Como resultado, o distrito de Tambara na Província de Manica foi identificado como pioneiro para acolher, de forma experimental a implementação do programa, dado seu grande potencial na actividade Agro-pecuário, sendo, para tal, necessário o envolvimento de uma equipa multisectorial desde académicos até as autoridades governamentais locais, para engendrar acções de sensibilização às famílias que desenvolvem as suas actividades de criação de gado bovino ou caprino por um lado, ou ainda que têm culturas de rendimento acima da média, por outro a participarem nos processos de comercialização organizada na venda sustentável dos resultados obtidos, cujos fundos seriam direccionados ao investimento para construção de suas próprias casas condignas.

Palavras-chave: Políticas Habitacionais, Habitação rural, casa condigna, Tambara, AFAMO.

ABSTRACT

The debate on Rural Habitation is characterized in Mozambique as an issue that still lacks much reflection, not only in its theoretical aspect, but also political and practical. In the context of the

political, economic and social transformations underway in the country, it is necessary to adopt policies and strategies in the area of habitation, for a progressive improvement in the lives of citizens, in the light of Agenda 2025. In this perspective, in the form of a contribution, the Academic Forum Association of Mozambique (AFAMO), intends to take up the challenge, proposing the actions in “Transforming Rural Communities program in Mozambique”, through the project “Rural Habitation, my Decent Home” in direct cooperation with the Government and other living forces of society to gradually create a better living conditions for rural communities in the country. The research has as methodological procedures in bibliographic, documental and fieldwork. As a result, the district of Tambara in the Province of Manica was identified as a pioneer to host in an experimental way, the implementation of the program, due to its great potential in the agricultural activity, being it necessary the involvement of a multi-sectorial team from academics to local government authorities, to create awareness by raising actions for families who carry out livestock activities or who have above-average income in agricultural production to participate in the organized marketing processes in the sustainable sale of the obtained results, whose funds would be directed to the investment for the construction of their decent homes.

Keywords: Habitation Policies, Rural Habitation, Decent House, Tambara, AFAMO.

1 INTRODUÇÃO

Em 1975, altura em que Moçambique alcançou a sua independência era preciso imediatamente pensar-se em desenhar políticas de habitação que incluíssem o meio rural, para incutir nos moçambicanos, o estilo de vida que deveriam levar daí para diante. Porque, infelizmente, não houve essa possibilidade por razões conjunturais, a população rural assumiu que a vida a levar, seria a mesma que herdou dos seus ancestrais geracionais, os quais tendo recursos à sua volta, não os usaram para suprir as suas próprias necessidades. Daí que, a pobreza em Moçambique, não nos parece ter origem apenas por falta de recursos materiais, financeiros e tecnológicos, como também o é devido ao acentuado nível de analfabetismo, aliado à falta de educação conducente à mudança de estilo de vida tradicional para a moderna dentro das comunidades. Debates sobre políticas habitacionais rurais em Moçambique, se tornam raros e quase inexistentes num momento em que tanto se fala de descentralização e desenvolvimento local.

Existem vários documentos que falam sobre políticas públicas de habitação em Moçambique, possíveis de encontrar no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), Revista Africana Studia, n.º16 (AS16) | Dossier: "Habitação", 2011; Júlio Carrilho e Luís Lage “Desafios no domínio da habitação”; Política e Estratégia de Habitação para Moçambique, 2010, Apresentado por: Zefanias Chitsungo (Director Nacional de Habitação e Urbanismo); e mais recentemente, Perfil do sector de Habitação de Moçambique, Preparado pelo Evandro Holz (Escritório do UN-Habitat em Moçambique) em colaboração com o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, 2018, porém trazem discussões relevantes limitadas, apresentando um vazio quanto as Zonas Rurais, pois, as mesmas dão mais primazia as zonas urbanas, não levando em consideração que as rurais também fazem parte das cidades. Na visão da AFAMO, trata-se o território como um todo, seja ele, Rural ou Urbano.

Segundo Silva (2014) citando ABRAMOVAY, (2009), o entendimento do mundo rural passa por sua base territorial, por seus sujeitos sociais e por um conjunto de laços sociais que valorizam relações directas de interconhecimento, ou ainda pela economia de proximidade ou pertencimento. O território se materializa em consequência de como sujeitos sociais usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar. Dessa forma, a construção de um território se dá a partir da trama de relações e de práticas sociais que sujeitos imprimem através de suas características socioculturais em determinados espaços, criando identidade, pertencimento.

A preocupação que deu origem a este trabalho surgiu exactamente a partir da realidade vivida nas comunidades rurais moçambicanas, cujas características se confundem com a pobreza absoluta, resultado, no nosso entender, da falta de políticas de habitação definidas especificamente para as zonas rurais na República de Moçambique. Este aspecto, serviu de base para se pensar em propor

ao Governo de Moçambique, desenhem políticas de Habitação Rural com objectivo de “Transformar Comunidades Rurais em Moçambique”, através do projecto “Habitação Rural, minha casa condigna”, envolvendo académicos de várias áreas para projectar, calcular e orçar o projeto-tipo.

Esta proposta é importante, pois, além de ajudar o Governo nesta vertente, sua implementação nas comunidades rurais permitirá a mudança de estilo de vida tradicional para a vida moderna. Fazendo ponte desta afirmação, vale aqui afirmar que a dominação colonial em Moçambique, também desempenhou um papel negativo, ao deixar a população rural conformada com o estilo de vida que herdou dos seus antepassados. Hoje, não fazendo sentido que isso aconteça é preciso desconstruir essa ideia, criando um movimento unido, aonde os Académicos, Governo e a Sociedade em geral têm um papel preponderante. A proposta em alusão é relevante para o País, pois, a sua efectivação, terá um impacto directo nas comunidades rurais e mais tarde, o resultado da sua implementação servirá de âncora para outros projectos de desenvolvimento.

Socialmente, a proposta se torna ainda mais relevante porque vai contribuir de forma prática na resolução dum problema que prejudica o Estado e a sociedade moçambicana em geral, sempre que indicadores estatísticos são divulgados referentes à componente de habitação em Moçambique. No posicionamento estatístico que considera um País de pobre ou rico, tem-se em conta, o tipo de infra-estruturas dominantes (estradas e habitação) desse País. Se as infra-estruturas predominantes forem de qualidade baixa, o País é estatisticamente considerado pobre, havendo daí, necessidade urgente de revertermos a situação por forma a elevar estes indicadores para se ter um padrão que nos dignifica como País onde os académicos dão a sua contribuição.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Histórico das Políticas de Habitação de Moçambique

Segundo Bulande, (2011) citado por Holz (2018), durante a época colonial, a situação habitacional nas áreas urbanas era gerenciada de maneira a evidenciar a segregação entre portugueses e africanos. Com a grande maioria dos africanos a viver no meio rural, os portugueses dominavam os centros urbanos, e africanos só eram autorizados a residir nestes locais no caso em que eram necessários para trabalho e, após passado sua fase “produtiva”, esperava-se que retornassem às áreas rurais. Ocupações ocorriam em terras alugadas a curtos períodos, nos famosos ‘caniços’, para facilitar remoções em caso de novos empreendimentos e especulação. Desta maneira, as moradias eram construídas de maneira temporária e, mesmo nos casos de uso de materiais convencionais, métodos de fácil desmonte eram utilizados. Nos anos 60, devido à pressão da FRELIMO, as primeiras políticas de melhorias das condições habitacionais nos caniços foram finalmente realizadas, com a instalação de fontanários, sistemas de colecta de resíduos, entre outros (como referência, o Projecto de Beneficiação das Áreas Suburbanas de Lourenço Marques, do fim dos anos 1960). Logo após a independência, o III Congresso da Frelimo realizado em 1977 constituiu-se em um marco importante para o sector no novo contexto do país. As Directivas Económicas e Sociais resultantes do congresso, preconizavam, entre outros, a definição de orientações estratégicas de planificação, métodos de controlo e execução de planos dos assentamentos humanos; a elaboração de projectos a apoiar as populações na execução de obras de infra-estrutura e de equipamento social; a organização e enquadramento técnico das populações integradas nos programas de autoconstrução e cooperativas habitacionais; apoio de acesso ao crédito; criação de legislação para construção e tramitação de habitações; definição de novas tipologias e normativas para habitações; e a definição de quadros institucionais de promoção habitacional.

A 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns de 1979 deu seguimento as directivas do Congresso de 1977. O evento serviu para um debate sobre problemas urbanos e de habitação da época, e teve como resultado a necessidade de uma melhor coordenação de governos a diferentes níveis, associações comunitárias e grupos dinamizadores, e na aceitação do surgimento e persistência de bairros espontâneos no longo prazo, tendo em conta a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros. Apesar da implementação de programas no sector de habitação como reflexo desta reunião o progresso significativo na percepção da segurança fundiária resultante destas medidas, apesar de ainda informal, levou a um ‘boom’ de construções nas zonas de caniço não-

planeadas, agora com uma perspectiva mais permanente, a qual de certa maneira perdura até os dias de hoje (CEDH, 2006) apud Holz (2018).

No âmbito da habitação formal, o novo governo decidiu nacionalizar os prédios de rendimento existentes no país uma quantidade significativa em situação de abandono após a saída dos portugueses. A gestão dessas unidades foi então passada para o controle e manutenção do Estado através da APIE (Administração do Estado Imobiliário do Estado), que se encarregou de cobrar aluguer, fazer a manutenção e cobrir despesas comuns (por exemplo, limpeza, segurança, etc.).

Os critérios para a selecção de moradias, bem como das pessoas que seriam elegíveis para aluguer, não eram claras nem transparentes. Isto, aliado à falta de capacidade institucional da APIE, levou a uma rápida degradação das condições dos imóveis.

O mercado imobiliário só foi liberalizado no início da década de 1990 (Lei nº 5/91), quando o governo iniciou um processo de alienação do estoque da APIE para os residentes atuais. Até 2006, das 80 mil unidades mantidas originalmente, cerca de 80% haviam sido vendidas. Contudo, algumas das propriedades foram vendidas por montantes irrisórios (Direcção de Finanças, Beira, 2017). Embora ter sido extinto por várias vezes, a APIE ainda permanece com algumas unidades que não foram totalmente pagas.

Concomitantemente com a abertura do mercado, o Estado adoptou um papel mais regulatório e facilitador no âmbito da habitação, com foco no planeamento do uso da terra, provisão de talhões, e promoção de protótipos de habitação e técnicas de construção. Esta visão se reflecte na criação do Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), estabelecido em 1995 (mais sobre FFH na secção 5.3). No entanto, em 2003, a Agenda 2025 identificou como uma das principais falhas na estrutura de governação do país a falta de promoção da habitação e o desenvolvimento urbano na agenda de prioridades do Estado, argumentando que estas eram essenciais na formulação de políticas de habitação.

2.2 Políticas de Habitação e Legislação Aplicável em Moçambique

O direito à habitação adequada é preconizado pela Constituição da República e de acordo com Holz (2018), somente em 2011 uma Política Nacional de Habitação foi ratificada.

Apesar de Moçambique contar com uma legislação abrangente que engloba, tanto processos administrativos, quanto leis e políticas que tratam de habitação, estes normalmente não são seguidos na prática devido a falta de capacidade e coordenação institucional e, muitas vezes, por serem pouco práticos na realidade local. A nível local, municípios e distritos são as instituições que estão em frente em questões de desenvolvimento urbano e habitacional em seus territórios e os principais constrangimentos estão relacionados com a falta de capacidade institucional e a limitada articulação entre as diferentes entidades.

Em termos de demanda, nas circunstâncias actuais menos de 1% dos moçambicanos tem condições de pagar pela unidade habitacional mais barata oferecida pelo mercado formal. A maior parte da população dependerá de outras maneiras para viabilizar as suas residências, a custos muito menores dos que são normalmente praticados o que implicará no uso de práticas incrementais com a entrega de talhões infra-estruturados e autoconstrução, onde apoio técnico e financeiro são cruciais.

Importa referir que a iniciativa privada formal (sector financeiro e construção) ainda tem um alcance muito limitado no mercado moçambicano. Assim, a sociedade moçambicana, tanto na forma de indivíduos quanto de comunidades, é a principal promotora habitacional do país, ou seja, é a sociedade que investe suas economias, produz materiais de construção, constrói e mantém suas casas, e também influencia directamente no desenvolvimento dos seus bairros e cidades. Apesar do desenvolvimento de habitação ser um assunto recorrente em planos de desenvolvimento nacional, os objectivos lançados estão muito além das possibilidades técnicas e financeiras do governo, e não há uma abordagem realista que inclua todos atores promotores de habitação no país.

Outra questão de reflexão tem a ver com a terra para a habitação. No entanto, em Moçambique, toda a terra é, em última instância, propriedade do Estado. Indivíduos e empresas podem utilizá-la

através de permissões para direito de uso e aproveitamento (DUAT). Estes são distribuídos segundo solicitações ou distribuídos conforme novos assentamentos são realizados. A sua cobrança é irregular, e o seu valor muitas vezes está altamente desactualizado. Estima-se que menos de 10% da população tenha o registo legal da sua parcela devido principalmente a complexidade do processo e requisitos irrealistas (p. ex. o talhão tem que estar em área urbanizada), o que resulta em um mercado de terra maioritariamente informal. O principal vector para a grande pressão por terra no futuro é o padrão actual de densidade habitacional e tamanho dos lotes, uma redução considerável na demanda em áreas urbanas pode ser alcançada se políticas de maior compacidade forem aplicadas

2.3 Infra-estrutura para Habitação

A abrangência de infra-estrutura e serviços em Moçambique é bastante limitada e disponibilizada de modo irregular pelo território, com diferenças substanciais em nível de cobertura e padrões de serviço entre áreas urbanas e rurais; entre as províncias; Maputo e o resto do país; e assentamentos formais e informais.

Como exemplos, somente pouco mais que a metade dos moçambicanos tem acesso à rede eléctrica e de abastecimento de água, e pelo menos um terço não conta com nenhum tipo de instalação sanitária. De acordo com Holz (2018) Um dos principais constrangimentos na disponibilização de serviços é a limitada coordenação entre órgãos governamentais e os fornecedores de infra-estrutura, o que afecta a velocidade de desenvolvimento de novos assentamentos, bem como os custos e a qualidade associados.

2.4 Resiliência Habitacional

Uma habitação adequada e resiliente deve ser um investimento seguro que suportará eventos recorrentes que podem afectar a sua integridade. Os principais riscos enfrentados pelo país incluem chuvas, ciclones, enchentes, secas, ventos fortes e, em algumas áreas, terremotos. Calcula-se que apenas em 2013, desastres tiraram a vida à 117 pessoas, desalojaram 172.000 e causaram prejuízos de cerca de USD 500 milhões. Há uma crescente conscientização sobre o tema e o surgimento de várias iniciativas ao redor do país, tanto por parte dos governos quanto de outros actores, a nível de habitação, bairro e cidade, porém de alcance ainda limitado (Holz, 2018). A maioria dos moçambicanos depende de meios improvisados para proteger suas moradias e reassentamentos muitas vezes resultam no retorno da população ao bairro original devido a novas dificuldades enfrentadas nas novas localidades (p. ex. distância de serviços). Assim, a urgência do tema requer medidas ainda mais abrangentes e de grande celeridade que reduzam o risco contra desastres, porém sem criar novos constrangimentos.

3 MÉTODOS

A pesquisa tem como procedimentos técnicos e bibliográficos que, segundo Fonseca (2002) apud Manuel (S/d) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas; documentais, aquelas que se recorrem a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, como tabelas estatísticas, documentos oficiais, imagens fotográficas, relatórios de empresas etc. Esta etapa caracterizou-se pela busca de obras nacionais e estrangeiras com a necessidade de aprofundar o conhecimento referente ao mundo rural, seus sujeitos sociais, e ainda referentes aos programas habitacionais e iniciativas dos programas como o Fundo de Fomento para Habitação (FFH) executados no País. Quanto a abordagem ela é do tipo qualitativ. No que diz respeito aos instrumentos de colecta de dados, se caracteriza por observação directa, nas Zonas Rurais, locais alvo para a implementação do programa e, por forma a aferir algumas realidades usou-se a câmara fotográfica para captar algumas figuras ilustradas ao logo do documento.

4 RESULTADOS

É sabido que em Moçambique, toda a terra é propriedade do Estado. Indivíduos e empresas podem utilizá-la através de permissões para direito de uso e aproveitamento (DUAT). Quanto a este ponto, a pesquisa apurou que apenas 10 % da população de Tambara possui o DUAT. Fora desse grupo,

65 % da população adquiriu sua terra através da herança, 15% pela distribuição do Estado representado pelos Líderes Locais, ao interesse do visado e 10% pela ocupação de longo prazo. Nenhum entrevistado tinha um título de registo de propriedade para a sua casa. No entanto, o programa Transformar Comunidades Rurais em Moçambique”, através do projecto “Habitação Rural, minha casa condigna” vai conscientizar as comunidades locais sobre a importância do DUAT e título de registo de propriedade para a sua casa e ao mesmo tempo, vai auxiliar ao Governo Local para flexibilizar esse processo, porque, segundo Holz (2018) a falta de capacidade institucional e a limitada articulação entre as diferentes entidades, aliadas a complexidade do processo e requisitos irrealistas são os principais constrangimentos verificados na concessão dos DUAT's.

Uma habitação adequada e resiliente deve ser aquela que sob influencia de qualquer accção externa suportará eventos recorrentes, capazes de afectar a sua integridade. Os principais riscos enfrentados pelo país, incluem chuvas, ciclones, enchentes e ventos fortes Holz (2018).

O tipo de habitação predominante em Tambara é palhota, construída de material tradicional, concretamente de estacas de Simbire, Mussassa e maticadas de argilas, tendo como cobertura o capim, sem qualquer custo para a sua aquisição. Estes materiais são obtidos a nível local, bastando, para o efeito, ter catana, machado e foice. Importa referir que as mesmas não têm corrente eléctrica e não apresentam condições de resiliência em caso de intempéries, (chuvas e ventos fortes) fenómenos recorrentes no Distrito de Tambara por se localizarem próximas do Rio Zambeze, causando danos humanos e materiais imensuráveis.



Figura 1 Tipos de casas (palhotas) predominantes em Tambara, construídas de estacas ou bloco cru.

Na visão da AFAMO é possível criar-se condições mínimas para que a população rural tenha casas condignas, bastando para o efeito serem construídas na base de material convencional que é tijolo produzido e queimado pela própria comunidade local.

A cova resultante da escavação da argila usada para fabricar tijolos, servirá de sanitário para depositar os resíduos sólidos produzido na família ou usados para construir cisterna que vai conservar a água pluvial recolhida durante as chuvas.

O uso da argila como ligante em alvenarias, mostra-se eficiente, com qualidade, durabilidade e resiliência altos, como ilustram as imagens de construções feitas, antes da independência nacional, já abandonadas. Aqui, o uso do cimento como ligante, serviu apenas para rebocar as alvenarias, o que torna esta tecnologia de construção, ainda mais aplicável e válida para os nossos dias.

A construção do emblemático “edifício 1920” na cidade de Chimoio é exemplo da aplicação pratica desta velha tecnologia, a qual consiste em assentar o tijolo queimado com argila. Construir casas com tijolo queimado, tanto na zona rural, quanto urbana, desencoraja a actual pratica de construir casas usando o tijolo crú, usualmente conhecido por “tijolo burro”, que tem sido a causa de muitas mortes, anualmente reportadas em consequência de desabamento deste tipo de construções nas comunidades, exemplo mostrado na imagem acima.



Figura 2 Alvenaria de tijolos queimados construídos por argila como elemento ligante

Fonte: Autores, Setembro de 2022

De modo a conferir maior conforto, a cobertura das casas será feita de chapas de zinco, acoplando nessa cobertura, uma caleira plástica, própria para recolher as águas pluviais para as cisternas.

O aproveitamento das águas pluviais para o consumo humano, já tem sido uma prática usual em muitas comunidades do nosso País, sobretudo nas Províncias de Cabo – Delgado e Inhambane, ilustrada pelas imagens abaixo.

Recorrendo à esta velha pratica, os académicos acham que é possível minimizar o problema de escassez de água por alguns meses do ano nas comunidades rurais.



Figura 3 Uso de sistema de colecta de água pluvial, cabo delgado.

Fonte: Evandro Holz, 2018

Essas residências terão no seu interior, energia eléctrica produzida na base de painéis solares montados sobre os telhados das mesmas, impulsionando assim, o desenvolvimento local, que segundo Holz (2018), os moçambicanos, sobretudo os das Zonas Rurais poucos têm acesso à rede eléctrica e abastecimento de água. No entanto, as chapas de zinco e os Painéis Solares, serão adquiridos através de rendimentos provenientes de actividades agropecuárias, em parceria com o governo local e outros benfeitores, criar-se-á um espaço para a realização de feiras periódicas de venda de produtos locais e de material de construção vindo de vários cantos, pois, constatou-se que a maior dificuldade da população consiste, também no deslocamento aos grandes centros urbanos para a aquisição de tais materiais. Desta feita, a feira irá incrementar a cadeia de valores, na troca de produtos, ou seja, um comerciante de chapas de zinco, pode trocar o seu produto por outro (milho ou cabeças de gado) desde que ambas partes estejam de acordo.

Importa referir que o Ministério implementador desta proposta é o das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, alcançado a partir das Direcções Províncias e Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas (SDPI) ao nível dos Distritos de cada Província.

5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A pesquisa debruça sobre as Políticas Públicas de Habitação em Moçambique com enfoque nas Comunidades Rurais, sendo objectivo principal, propor ao Governo, a viabilidade do programa

“Transformar Comunidades Rurais em Moçambique”, através do projecto “Habitação Rural, Minha Casa Condigna”. A pesquisa visa contribuir na cooperação com o Governo e todas as forças vivas da sociedade, criando assim, melhores condições de vida para as comunidades rurais do país.

Os resultados demonstram que a implementação da proposta poderá ser uma mais-valia para Moçambique do ponto de vista económico, pois, a partir do uso dum projecto-tipo, se sugere construir habitações rurais resilientes, baseadas no uso do material local de custos relativamente baixos, tornando desde aí, o projecto de construção modelo a ser usado nas zonas rurais de acordo com as condições reais de cada comunidade. A ser aprovado pelo Governo, este projecto, servirá de instrumento regulador e normativo para o uso em toda República de Moçambique. Adicionalmente, concluir que as casas a serem construídas no âmbito desta proposta, terão cobertura de chapas de zinco, acoplado à esta, uma caleira para direccionar as águas pluviais à cisterna subterrânea, mitigando desta forma, o problema de escassez de água no período seco.

Os locais onde serão extraídos os solos usados para fabricação de tijolos, serão aproveitados para sanitários, úteis para depositar os resíduos sólidos produzidos a partir de latrinas ecológicas ou construir nelas, cisternas que vão conservar a água pluvial recolhida durante as chuvas.

Tendo em vista resolver o problema de emprego, a construção destas casas terá participação exclusiva de residentes na comunidade, entre jovens e mulheres solteiras e/ou abandonadas.

Ainda, para completar o seu conforto rural, as casas terão um sistema de painel solar para fornecer a corrente eléctrica, útil para transmitir sinal de televisão, importante para informar a população, mesmo vivendo em zonas rurais. Acredita-se que com o projecto, o País sairia dos actuais indicadores de estilo de vida tradicional para o estilo de vida moderna, implicando isso ao Governo de Moçambique ter um ponto de partida, o qual, na opinião da AFAMO deveria envolver activamente, vários académicos nas acções de sensibilização às famílias que desenvolvem actividades de criação de gado bovino ou caprino por um lado, ou ainda que têm culturas de rendimento acima da média por outro, a participarem nos processos de comercialização organizada na venda sustentável dos resultados obtidos, cujos fundos seriam direccionados ao investimento para construção de casas condignas, com assistência directa dos membros da AFAMO residentes ou não nas comunidades e dos técnicos dos governos locais, por exemplo os Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI).

Pode constituir dificuldade ou risco, a falta de fundos para viabilização da proposta, o que pensamos que pode ser ultrapassado com sua aprovação.

A falta de acompanhamento em tempo útil, também pode comprometer o sucesso da proposta. Em face disto, propomos a formação de uma equipe multidisciplinar com acções de monitoria.

6 CONCLUSÃO

Implementar este programa, “**Transformar Comunidades Rurais em Moçambique**”, através do projecto “**Habitação Rural, minha casa condigna**”, cinco problemas sociais serão resolvidos, nomeadamente:

- **água** para o consumo em épocas secas;
- **energia** eléctrica para o uso corrente;
- **sinal de televisão** para o acesso à informação;
- **saneamento de meio** por via de latrinas ecológicas; e
- **emprego** para a camada jovem e mulheres desfavorecidas.

7 REFERÊNCIAS

Chitsungo, Z. (2010) Política e Estratégia de Habitação para Moçambique.

- Holz E. (2018) Perfil do Sector de Habitação De Moçambique, Escritório do UN-Habitat em Moçambique, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos Primeira edição publicada em Maputo por UN-Habitat Moçambique. Direitos reservados © United Nations Human Settlements Programme.
- Manuel, D. J. (S/d) Métodos de Pesquisa: Instrumentos de Recolha de Dados, departamento de Pesquisa, extensão e Publicação.
- Silva, C. M. G. (2014), Habitação Rural: uma luta por cidadania, Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre do curso de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.